



# Cultura do estupro, ideologia e mídia: construindo estereótipos da “vítima ideal”

Rape culture, ideology and media: Building stereotypes of the “ideal victim”

*Karoline Kuhn Wurdig<sup>1</sup>*  
*Adriane Rubio Roso<sup>2</sup>*  
*Janine Gudolle de Souza<sup>3</sup>*

## RESUMO

Tivemos como objetivo compreender como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas que podem estar reforçando a cultura do estupro. Empregando a Hermenêutica de Profundidade, analisamos reportagens de um jornal da região sul do Brasil envolvendo estupros de mulheres adultas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia. Estupro. Ideologia. Representações sociais.

## ABSTRACT

We aim to understand how online media construct meanings of sexual violence against women, identifying possible ideological strategies that may be reinforcing the rape culture. Applying the Depth Hermeneutics, reports from a newspaper in southern Brazil involving rapes of adult women were analyzed.

**KEYWORDS:** Media. Rape. Ideology. Social Representations.

\* \* \*

## Introdução

“Ela pediu!”, “Ninguém mandou sair de casa a essa hora da noite!”, “Olha a roupa que ela estava usando!”, discursos como esses são comuns nas redes sociais, manifestados nas rodas de conversa e visibilizados nos meios de comunicação.

---

<sup>1</sup> Psicóloga graduada no Centro Universitário Franciscano em Santa Maria (2014). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2019) no qual foi bolsista CAPES. Pós-Graduanda em Psicologia Clínica Junguiana pelo Instituto Junguiano do Rio Grande do Sul. Trabalha atualmente como psicóloga em consultório particular, em Santa Maria/RS. E-mail: karolwurdig@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Associada na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Realiza Pós-doutorado na Harvard University, Departamento de Psicologia, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É pós-doutora em Comunicação (UFSM). Doutora em Psicologia (PUCRS), com doutorado sanduíche na Columbia University (bolsa da Fulbright). E-mail: Adriane.roso@ufsm.br.

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2018). Mestra e Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP/UFSM, na linha de pesquisa: Problemáticas de saúde e contextos institucionais. E-mail: gudolle.janine@gmail.com.

Podemos compreendê-los como discursos e ações que banalizam e naturalizam a violência sexual contra as mulheres, fomentando uma cultura do estupro.

Cultura é uma expressão vaga e com múltiplas definições, mas podemos defini-la, de modo provisório, como o “substrato” simbólico e material que compõe as relações estruturadas entre as pessoas, os objetos, as instituições. Ela aduba os modos como pensamos e fazemos nossas vidas. Desse modo, quando utilizamos a expressão “cultura do estupro” estamos nos referindo aos modos como o estupro é compreendido no contexto social, prática esta que se caracteriza como uma das formas mais difundidas de violência de gênero (SOUSA, 2017). No Brasil, em 2018, ocorreram, por dia, 180 estupros, sendo 81,8% mulheres e 50,9% negras. Além disso, quanto aos agressores, 75,9% são pessoas conhecidas da pessoa que sofreu a violência e 96,3% foram estupros cometidos por homens (BUENO et al., 2019).

Assim, a cultura do estupro nos remete ao reconhecimento de uma sociedade que culpa as pessoas que sofrem violência sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens (ONU, 2016). Isso acaba tendo como consequência, muitas vezes, comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam e perpetuam a violência contra as mulheres. Smith (2004) refere que o termo cultura do estupro começou a ser utilizado na década de 1970, inicialmente por norte-americanas durante a segunda onda do feminismo<sup>4</sup>, que promoviam e atentavam para a conscientização da sociedade sobre a realidade em torno do estupro.

---

<sup>4</sup> No âmbito das teorias feministas, não há consenso sobre a divisão da história do movimento em “ondas”. Embora haja controvérsias, algumas autoras entendem que, até então, existem quatro ondas no feminismo: a primeira onda, no final do século XVIII, teve como foco: educação, direito ao voto, igualdade no casamento e na posse de propriedades, marcada pelo movimento das Sufragistas. A segunda onda, no início da década de 1940, abordou questões do âmbito doméstico e social, esfera pública e privada, opressões de gênero, sexualidade e corpo. A terceira onda, a partir da década de 1990, abordou diferenças de raça/etnia, classe, capacidades, sexualidades, gênero e violência contra as mulheres e a quarta onda, a partir dos anos 2000, com uma perspectiva mais pluralizada, que valoriza as diferenças, marcada pela mobilização nas redes sociais (MORESCO, 2022; SILVA; CARMO; RAMOS, 2021). Pensamos que esta divisão contribui didaticamente para organizar o pensamento no que se refere aos movimentos feministas, mas é preciso ter cautela para não formatar um movimento que é dinâmico desde sua gênese e que apresenta características contextuais/territoriais singulares.

Este movimento antiestupro contestou alguns mitos que envolviam esse tema, como, por exemplo, o entendimento de que a pessoa que sofreu estupro é moralmente responsável pelo crime cometido contra ela, já que mulheres controlariam seus corpos definindo se serão ou não violados. Outro mito se apresenta quando a mulher, ao não demonstrar resistência, estaria, implicitamente, pedindo a violação de seu corpo (DAVIS, 2017). Mitos como esses são manifestados ainda atualmente, contribuindo na perpetuação de práticas e considerações acerca da violência sofrida, como algo de responsabilidade da pessoa que sofreu violência, além de reforçar a cultura do estupro (ZALESKI et al., 2016). Muitos desses mitos são reforçados, especialmente, pela mídia por meio de reportagens, filmes e propagandas (SMITH, 2004).

A cultura do estupro é perpetuada, igualmente, por meio do uso da linguagem misógina e da objetificação do corpo da mulher. A maioria das mulheres e meninas limita seu comportamento por causa da existência do estupro e do medo envolvido. É assim que o estupro funciona como um meio poderoso pelo qual as mulheres são mantidas em uma posição de subordinação aos homens, embora muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca sejam estupradas. Este ciclo de medo é o legado da cultura do estupro, além da demonstração da internalização da dominação, como refere Biroli (2014b).

Pensando na transmissão e produção de formas simbólicas, temos nos meios de comunicação uma ferramenta viável para análise e produção de conhecimento, onde atualmente “alguma realidade, algum fato, existe ou deixa de existir, se é, ou não, veiculado pelos meios de comunicação” (GUARESCHI, 2012, p. 82). Essa afirmação nos remete à importância dos meios de comunicação como (re)produtores de significados. Compreendendo a mídia e sua produção de sentido, apreendemos a ideologia como uma estratégia de análise aos meios de comunicação. De acordo com Thompson (2011), os modos de operações da ideologia podem ser explicitados a partir de cinco estratégias, sendo elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A partir desses modos e das estratégias ideológicas, aprofundaremos a compreensão das formas simbólicas e de seus sentidos,

debruçando-nos, mais especificamente, nos sentidos que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011).

A partir do panorama da cultura do estupro e de nossa crença na força das grandes mídias criarem e reforçarem representações sociais, nos perguntamos sobre como certos discursos jornalísticos contribuem para reforçar a cultura do estupro? Dessa forma, tivemos o objetivo de compreender como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas que podem estar reforçando a cultura do estupro.

## **1-Método**

O presente estudo consiste num aprofundamento das informações contidas no Banco de Dados do Núcleo VIDAS – Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica Social. Vincula-se à dissertação “Ideologia e comunicação midiática quanto à violência sexual contra mulheres: contribuições à compreensão da cultura do estupro” e a um projeto de pesquisa maior “Vidas Precárias no Ciber mundo: Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos” (CAAE nº 79231217.4.0000.5346). Trata-se de uma pesquisa de Levantamento de Documentos de Domínio Público, não necessitando passar por avaliação do Comitê de Ética, uma vez que não houve contato direto com seres humanos.

A pesquisa documental passa a ser nossa forma de construção de informações, na qual “fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente” (GIL, 2009, p. 147). Esta pesquisa foi sustentada em uma abordagem qualitativa, a qual trabalha com as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes (MINAYO, 2016), com o intuito de compreender aquilo que é da ordem do simbólico e da materialidade.

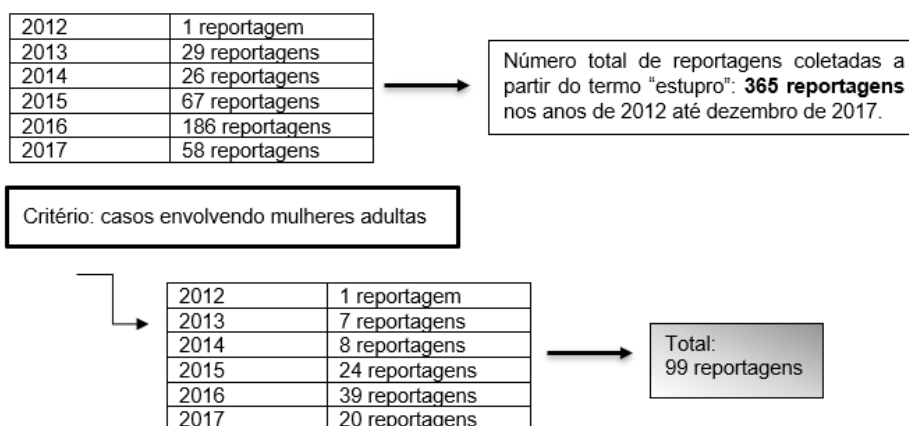
O campo de estudo desta pesquisa foi o jornal Zero Hora (ZH), caracterizado como sendo uma das empresas do grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), que tem sua hegemonia comunicacional no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Acerca da escolha ser feita com o jornal online, percebemos que o Zero Hora está acompanhando as tendências da ambiência digital. Iniciamos a busca inserindo as palavras “estupro; jornal zero hora” no Google. Nesse site, abriram-se diversas

páginas, mas a primeira delas é a que nos levou para o acervo do jornal. Ao acessar, tivemos um panorama das últimas reportagens publicadas sobre estupro e a possibilidade de ir acessando o restante das reportagens. No site, é possível visualizar o conteúdo atualizado em ordem decrescente até o ano de 2012, explicitando ser o ano que as publicações online do jornal iniciaram, transformando o conteúdo impresso em digital.

Optou-se pela assinatura desse meio de comunicação, para que fosse possível explorar de forma completa as reportagens que o jornal oferece. Dessa forma, foram coletadas todas as reportagens disponíveis no acervo. O novo modelo de site do jornal não disponibiliza o número total das reportagens, mas conforme fomos coletando, tendo início em 2012 e finalização no mês de dezembro de 2017, identificamos o número de 365 reportagens ao total, demonstrando um número expressivo de material. Essa coleta foi feita no dia 7 de janeiro de 2018. As 365 reportagens foram lidas integralmente para que fosse possível elencar categorias e refletir sobre o estabelecimento de critérios de exclusão.

Estabelecemos, inicialmente, o critério de inclusão das reportagens que tivessem como notícia o estupro de mulheres adultas, acima dos 18 anos. Obtivemos como resultado, ao longo dos cinco anos de levantamento, 99 reportagens envolvendo os relatos de casos de mulheres adultas que sofreram estupro. Esse critério foi estabelecido no intuito de compreender a culpabilização e por acreditarmos que essa destinação da responsabilidade pode ter maior expressão em casos de mulheres adultas. Assim, direcionamos a nossa pesquisa para esse material em específico.

Figura 1 – Critérios estabelecidos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Nossa proposta foi realizar uma análise aprofundada dos discursos e das formas simbólicas com base na Hermenêutica de Profundidade (HP), desenvolvida por Thompson (2011). Esse referencial metodológico é caracterizado por três fases: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/reinterpretação, com isso, refletem acerca do objeto de análise como uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação. Essas fases guiaram o nosso caminho de análise.

Na primeira delas, a fase sócio-histórica, objetiva-se “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 366). Para isso, acreditamos que as representações sociais sobre as mulheres, ao longo dos tempos, da feminilidade, assim como das representações sociais dos homens, das masculinidades, serão elementos importantes de serem estudados na hora de reconstruir essas condições. Nesse sentido, as ideias de autores que trabalham com a Teoria das Representações Sociais serão importantes para complementar as análises, haja vista que a ideologia se refere, às “formas simbólicas que se consolidam em Representações Sociais, onde são usadas para reprodução ou manutenção de relações de poder, desiguais ou assimétricas” (GUARESCHI; VERONESE, 2000, p. 44). A principal característica que difere RS dessa ideologia seria já supor que as RS servem para reprodução de relações desiguais, deixando de fora a possibilidade de outros significados (GUARESCHI, 2000). Dessa forma, entendemos que é preciso olhar atentamente para cada caso e verificar se a

representação social em análise é ou não ideológica, se está ou não a serviço das relações de dominação.

Ainda, as representações sociais que sustentam de alguma forma um sistema ideológico, apresentam-se a partir do “uso que os meios de comunicação fazem das Representações Sociais, quando se utilizam das representações mostradas como naturais, imutáveis e como única possibilidade de compreensão de determinado fenômeno” (GUARESCHI; VERONESE, 2000, p. 45). Atentamos assim para como a mídia, posicionada em um lugar de fala reconhecido e detentora de capital simbólico e material, mobiliza sentidos que são convocados em uma reportagem, por exemplo, para conduzir quem lê a determinadas representações e significados. Investigar como e por que isto acontece é essencial para entendermos o caráter ideológico das formas simbólicas.

Nesse processo de investigação do cunho ideológico das representações sociais relativos aos discursos sobre violência contra as mulheres, precisamos pensar sobre o patriarcado e seus efeitos sobre as mulheres, o que nos conduz a tecer as interpretações junto a teóricas feministas. Compreendemos o uso do termo patriarcado como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina, já que corresponde a uma forma de organização política que se deu em determinada época (MIGUEL, 2014). As instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece, exemplo disso seria a “substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidade” (MIGUEL, 2014, p. 19). Estamos falando de novas configurações, mas ainda pautadas nas injustiças de gênero.

A segunda fase busca a compreensão dos objetos e expressões que circulam nos campos sociais, tendo em mente que são “construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada” (THOMPSON, 2011, p. 369), exigindo uma análise formal ou discursiva. Neste processo de análise, utilizamos a Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Van Dijk (2017), observando diferentes dimensões: estruturas não verbais, sintaxe, léxico, significado local da oração, significado global do discurso, esquemas, dispositivos retóricos. A ADC interessa-

se no papel do discurso e nas reproduções de poder, bem como focaliza sua atenção aos problemas sociais, que estudam as formas de poder nas relações de gênero, étnicas e de classe, querendo saber como o discurso atua, expressa, justifica ou contribui para a reprodução de desigualdade (VAN DIJK, 2005).

Na terceira e última fase da HP, teremos espaço para a construção criativa de possíveis significados (VERONESE; GUARESCHI, 2006), tanto o método da análise sócio-histórica quanto o método da análise formal e discursiva contribuem para essa fase de interpretação/reinterpretação. Isso se dá, por meio da “transcendência da contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados (primeira fase), e o fechamento das formas simbólicas tratadas como construções que apresentam uma estrutura articulada (segunda fase)” (THOMPSON, 2011, p. 375). A partir dessas contribuições das fases anteriores, a interpretação/reinterpretação apresenta-se como possibilidade de transcender os possíveis conflitos que se estabeleceram nessas duas análises anteriores, estabelecendo o potencial crítico da interpretação.

Além disso, temos como foco a interpretação da ideologia que se apoia em cada uma dessas fases. O que especificaria essa interpretação da ideologia seria a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação. Interpretar a ideologia “é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (THOMPSON, 2011, p. 379). Relações essas que “são estabelecidas e sustentadas por estratégias, por práticas, tantas vezes reproduzidas e naturalizadas que eventualmente os próprios atores não tenham consciência de seu potencial opressor” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88).

Acerca das funções que a ideologia pode assumir, a interpretação da realidade seria uma delas, assim como o fornecimento de esquemas práticos de ação, a justificativa da ordem social existente, legitimação dessa ordem como válida para todos, convertendo em natural o que é histórico. Além disso, acaba por efetivar uma relação de domínio existente, onde reproduz o sistema social estabelecido (MARTIN-BARÓ, 2017). Com essa concepção, confluiremos com a proposta de



pensar as relações de poder, tendo na assimetria das relações a possibilidade de repensar os diferentes marcadores sociais que se estabelecem.

Procuramos, em cada fase, ilustrar nossos argumentos e reflexões com alguns trechos discursivos que contextualizavam as notícias de estupros. Quando identificável nas reportagens, entre parênteses, fornecemos algumas informações referente à idade da pessoa que sofreu a violência, ao lócus e às circunstâncias da violência.

## **2- Resultados e Discussão**

O termo “contexto” foi inspirado em Van Dijk (2017) sendo compreendido por categorias que podem expressar a situação, o cenário (tempo, espaço), as ações em curso, tendo como possibilidade a definição da situação comunicativa. Definição essa que poderá “interferir, reforçar ou, por outro lado, transformar as relações” (VAN DIJK, 2017, p. 121), dando-nos a possibilidade de reconhecermos os contextos utilizados nas descrições de casos de estupro envolvendo mulheres adultas e os sentidos atribuídos.

Os contextos utilizados para pensar a cultura do estupro foram definidos a partir de alguns mitos envolvendo o estupro. Relembrando que, para Burt (1980) e Cobos (2014), os mitos de estupro são estratégias utilizadas para minimizar a violação da pessoa estuprada, negando ou reduzindo o prejuízo percebido, culpando esta por sua própria vitimização que, por vezes, decorrem dos lugares onde as pessoas que sofreram violência estavam, da roupa que utilizavam ou do comportamento expressado. Com isso, contextualizamos e fomos reduzindo o número de reportagens conforme visibilizamos casos na esfera pública, à noite e em festas, podendo explicitar o consumo ou não de bebidas alcóolicas ou de drogas pela pessoa que sofreu a violência, entendendo que por meio dessas especificações, podemos compreender algumas manifestações da cultura do estupro.

## **3- Contexto: o público, o privado e os roteiros de estupro**

A história dos contratos sociais nos ajuda a compreender o estabelecimento da sociedade civil, sua saída do regime paterno ou patriarcal, constituída a partir

de uma história de liberdade civil e equitativa. Pateman (1993) nos convoca a reconhecer o quanto ficamos concentrados em apenas um lado da história, lembrando-nos que para além do contrato social, fomos cerceados, também, pelo contrato sexual. O contrato sexual se estabelece por meio do direito político enquanto direito patriarcal, no qual compreenderíamos melhor o poder que os homens exercem sobre as mulheres.

O contrato é encarado, muitas vezes, como um paradigma do livre acordo, onde esquecemos que as mulheres não nascem livres e não são detentoras dessa liberdade natural (PATEMAN, 1993). Esse paradigma do livre acordo remete à cosmovisão do liberalismo individualista, em que a concepção do ser humano é entendida a partir do indivíduo, livre e centro de tudo (GUARESCHI, 2012), reforçando a ideia da meritocracia e esquecendo das intersecções que podem corroborar ou dificultar a inserção na sociedade de forma equitativa. Ao problematizarmos o livre acordo, relembramos que no contrato de casamento, por exemplo, as mulheres foram, por muito tempo, o objeto do contrato e ainda são em determinadas culturas (PATEMAN, 1993). Além de objeto do contrato, “as mulheres são transacionadas como escravas, servas e prostitutas, mas também simplesmente como mulheres” (RUBIN, 1993, p. 8), demonstrando as implicações da construção social de gênero.

Os homens e os atributos referidos à masculinidade contribuem para a ideia de que são eles as pessoas detentoras de capacidades necessárias para participação dos contratos e da esfera pública, relegando às mulheres a esfera privada (PATEMAN, 1993). Esse caminho histórico dos contratos sociais e sexuais contribuem no aprofundamento das discussões de gênero e sexo, onde partimos de que “a diferença sexual é uma diferença política, assim como a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 21). Tentando assim, a partir das diferenças, estabelecer o caminho que faremos para um percurso coletivo, em conjunto, compreendendo as diferenças de forma relacional, entre as masculinidades e as feminilidades.

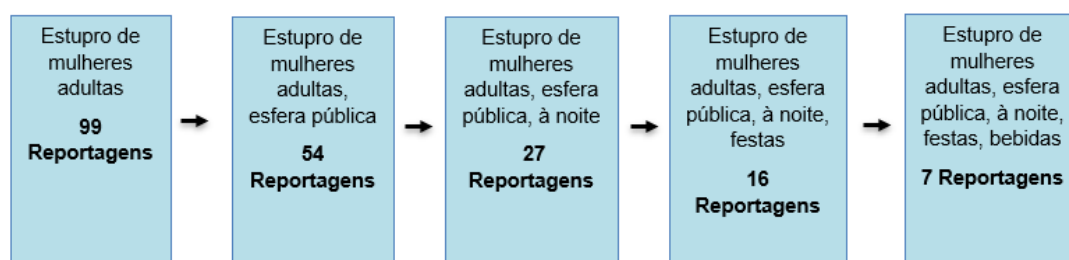
Por vezes, a oposição feita entre a esfera pública, compreendida como o domínio da autonomia e da liberdade civil, e a esfera privada, descrita pelo domínio

da sujeição e das hierarquias “naturais” (BIROLI, 2014b), balizou os domínios compreendidos e destinados aos homens e às mulheres, respectivamente. Com isso, acrescentamos que “é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (BIROLI, 2014a, p. 33). A partir disso, compreendemos a complexidade assumida quando falamos em público, privado e as possíveis intersecções de gênero.

A violência sexual se apresenta como uma ameaça difusa para as mulheres, podendo ser pensada como um dos aspectos que as definem como um grupo social distinto dos homens (BIROLI, 2014b). Essa ‘estratégia’, se é que podemos chamar assim, contribui para a perpetuação da dominação masculina e pela expansão do medo, em que a ameaça de um tipo de violência e violação como essa, (re)configura e mantém a mulher na esfera privada. Mas seria essa esfera privada segura?

Os dados disponíveis, a partir das 99 reportagens analisadas, demonstraram que os casos de estupro e tentativas de estupro noticiados, ocorridos na esfera pública foram expressão em 54 reportagens, demonstrando ser a maioria dos casos noticiados. Ainda percebemos que 38 reportagens apontam que os casos de estupro e tentativa de estupro foram exercidos na esfera privada. Por esfera privada, destinamos os casos noticiados que referiam a residência da pessoa que sofreu a violência ou a espaços como o consultório médico, onde a privacidade apresenta-se como critério, mesmo que não respeitado nesses casos de violência. O restante, 7 reportagens, não referiam o local onde a mulher em situação de violência sexual se encontrava ou, ainda, referiam a casos que foram noticiados como falsa comunicação de caso de estupro.

Figura 2 - Os contextos e número de reportagens encontradas



Fonte: elaborado pelas autoras.

Pensando na esfera pública e na implicação de gênero, recorreremos para a explicitação de algumas reportagens, onde as violências sexuais foram expressas enquanto as mulheres estavam na esfera pública. A seguir alguns trechos discursivos que contextualizavam as notícias de estupros.

Caminho que faz para ir ao trabalho. (Tentativa de estupro, esfera pública)  
Mulher abordada em uma parada de ônibus. (Estupro, esfera pública)  
Mulher seguia para o trabalho quando foi abordada em uma parada de ônibus.  
(Estupro, esfera pública)

Recorreremos a discursos como esses para refletirmos o quanto a esfera pública pode ser noticiada de forma a incitar o medo e do quanto faz repensarmos se o espaço público de fato é um lugar possível e seguro para as mulheres. Ou, ainda, será que podemos falar em um espaço público seguro para alguém? Dados referem que a esfera pública apresenta expressões a partir de homicídios, acidentes de transporte e suicídios, onde o recorte de gênero é destinado aos homens, que contabilizam 1,5 milhões de mortes anuais por causas violentas (WHO, 2010). Seria a esfera pública um lugar de expressões distintas da esfera privada quando falamos em violência sexual contra as mulheres? Ou ambas esferas são sustentadas pelo mesmo sistema?

Com isso, os casos que envolveram a tentativa de estupro ou o estupro na esfera privada devem ser, também, reconhecidos e, ainda, possibilitar a desmistificação de que mulheres que estão na rua, na esfera pública, tem alguma responsabilidade pela violência sofrida, como se o estupro fosse perpetuado apenas em becos escuros. São casos que nos ajudam a refletir acerca das diversas expressões que a violência sexual contra as mulheres apresenta. Como já explicitado, os casos envolvendo estupro na esfera privada foram expressão em 38 reportagens. Explicitaremos alguns trechos de reportagens:

Homem é preso após estuprar ex-esposa pela segunda vez.  
Foragido invade casa e estupra idosa.  
Ex-médico condenado por 56 estupros de pacientes.  
A idosa estava sozinha em casa quando um homem entrou na residência e a estuprou.

Reconhecer que os agressores podem ser conhecidos, vinculados à esfera privada, pode nos ajudar a desmistificar a crença e a responsabilização destinada às mulheres que saem à noite, participam de festas, por exemplo. Por mais que tenhamos expressões consideráveis em casos noticiados de tentativa ou de estupros efetivados, vinculados à esfera privada, ainda assim é a esfera pública que nos disponibiliza pensarmos a responsabilização das pessoas que sofreram estupro. Com isso, para refletirmos acerca das possíveis expressões de culpabilização, seguimos a análise das reportagens a partir da categoria esfera pública, reduzindo nosso número total de 99 reportagens para 54 reportagens que noticiaram casos de violência sexual na esfera pública.

Peixoto e Nobre (2015) referem que a responsabilidade destinada às mulheres, em casos de violência sexual, tem argumentos respaldados desde a roupa curta demais, a ingestão de bebidas alcoólicas ou, ainda, o fato de saírem de casa tarde da noite desacompanhadas. Atentando a essas argumentações, reconhecemos a categoria ‘noite’, como um possível agravante, atribuindo às mulheres a responsabilidade pela violência sexual sofrida. Por meio das 54 reportagens de estupro ou tentativa de estupro noticiadas na esfera pública, 27 delas ocorreram à noite.

Obviamente que a publicação de casos de estupro ocorridos na esfera pública e à noite, por si só, não demonstram uma destinação da culpa às mulheres em situação de violência sexual. Podemos referir que esses recortes (esfera pública e à noite) apresentam-se como um pano de fundo e uma construção de um cenário de risco que nos ajudará a refletir em que contextos a responsabilidade pela violência sofrida demonstra-se de forma mais aceitável. Os roteiros de estupro contribuem na criação de expectativas envolvendo a violência sexual e a perpetuação da representação da “vítima ideal”, em que essas expectativas também se referem ao cenário descrito nas reportagens.

#### **4-Contexto: festas e consumo de bebidas**

Essas 27 reportagens noticiadas com casos de estupro ou tentativa de estupro na esfera pública à noite, nos encaminha para outro recorte. Atentamos

que notícias que referem acerca da participação da pessoa que sofreu violência em uma festa ou ingerindo bebidas alcoólicas demonstram especulações e podem gerar dúvida em relação ao acontecimento (COBOS, 2014). A contextualização das reportagens que envolviam a esfera pública, a noite e a explicitação do local onde a pessoa que sofreu violência estava, sendo esse local de festas, bares e afins, foi apresentada em 16 reportagens, que noticiavam o estupro na esfera pública e à noite. Explicitaremos alguns trechos discursivos em que se especifica o local onde a pessoa que sofreu violência estava.

Ela saiu com um rapaz de um baile na madrugada. (21 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

Segundo relato da vítima, os homens a abordaram após um baile funk. (18 anos, esfera pública, noite, festa)

A jovem não informou exatamente onde era a festa, conforme a polícia. (18 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

O local onde a mulher foi encontrada, é local de bares e casas noturnas, que funcionam especialmente no verão. (31 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

Ela estava em uma festa. (21 anos, estupro, esfera pública, noite, festa).

Ela estava em um bar. (34 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

A jovem e a irmã dela saíam de uma festa. (18 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

Vítima relatou que estava em um bar. (42 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

Ela foi atacada quando voltava de uma festa. (21 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

Esses discursos contribuem com a responsabilização da mulher que, a partir do seu roteiro do estupro, reconfigura a dúvida e a abrangência de possíveis especulações sobre seu trajeto, colocando em jogo a sua escolha de ter saído. A estratégia ideológica nomeada por narrativização expressa “exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2011, p. 83). Reconhecemos que ao descrever os locais onde as pessoas que sofreram a violência estavam, principalmente quando se refere a bares e festas, acaba contribuindo com a legitimação de um perigo eminente assumido pela mulher que decidiu sair de casa, reforçando a culpabilização da vítima. A tendência à esta prática já está bem estabelecida nas pesquisas científicas (CARDELLA et al., 2016).

A escolha e preponderância nos discursos do senso comum e nos discursos públicos da palavra “vítima” não é aleatória. Ela reforça, ao mesmo tempo, a representação da mulher como alguém passiva (sem reação) ao que tange à sexualidade e à representação da violência como algo fatal e circunstancial.<sup>5</sup> Outro modus operandi da ideologia é possível de ser identificado quando falamos em notícias que referem que as mulheres estavam em festas e bares, a dissimulação. A estratégia utilizada é de deslocamento, onde a transposição de conotações positivas ou negativas são associadas às pessoas ou aos objetos (THOMPSON, 2011). Com isso, a referência de que a pessoa estava em uma festa, desloca a atenção da violência sofrida para o contexto em que isso ocorreu, podendo demandar a responsabilidade à mulher, já que há conotações negativas envolvendo festas e bares quando falamos em violência sexual.

Compreendendo que a forma como os locais são descritos e atribuídos aos casos de estupro vão ter implicações na responsabilização destinada às mulheres que sofrem a violência, percorremos as reportagens com o intuito de contextualizar a faixa etária das mulheres em situação de violência sexual. Constatamos que 38 reportagens não referiam a idade das mulheres que sofreram a violência sexual, mas, ainda assim, possibilitavam, a partir de termos e da contextualização da reportagem, o entendimento de que se tratavam de mulheres maiores de idade permanecendo, assim, na análise. A maior parte das reportagens que não refere a faixa etária era de casos em que envolviam várias mulheres, como os casos conhecidos dos médicos Roger Abdelmassih e do nutrólogo Omar César Ferreira de Castro ou, também, casos em que se priorizava a privacidade da pessoa violentada, resultando na não referência desse dado.

Percebemos que a faixa etária referida e mais noticiada, foram a de mulheres com idade entre 18 e 25 anos. Nessa faixa de idade, tivemos 35

---

<sup>5</sup> Para superar a representação de fatalidade e de destino podemos substituir a palavra “vítima” por “sobrevivente”, conforme sugerem Kelly e Radford (1987). Nota-se que o Conselho Federal de Psicologia (2013) recomenda o uso da expressão "em situação de violência", o que, na nossa visão, é inadequado, haja vista que reforça a circunstancialidade, a violência como um momento, o que não procede, já que a violência contra as mulheres é persistente, onipresente.

reportagens. Na faixa dos 25 anos aos 35 anos foram 10 reportagens. Na faixa entre os 35 anos e 50 anos foram 10 reportagens também. A partir dos 50 anos foram referidas 5 reportagens. Dados como esses são possíveis, pois as reportagens disponibilizam uma contextualização histórica maior em relação à pessoa que sofreu o ato e ao estupro. Além disso, o local referente a festas e bares, que podem ter implicações na interpretação e na responsabilização dos casos de estupro, são também reportagens que envolvem pessoas de idades mais jovens. Lembrando que entendemos as relações estabelecidas entre jovens e a participação maior e mais frequente em festas, mas o que tentamos contextualizar é que desde a descrição do local, como festas e bares, já responsabiliza, de certa maneira, a mulher. Atentar para a idade é refletir sobre que mulheres estamos falando e com isso, os locais descritos, que responsabilizam de certa forma pelo estupro sofrido, referem-se também a mulheres jovens.

Além disso, a expressão de reportagens referindo o consumo de álcool por parte da pessoa que sofreu a violência está intimamente ligada às categorias estabelecidas anteriormente, a esfera pública, noite e festas, com o qual já contabilizamos 16 reportagens. Desse material, 7 reportagens ainda referiam o consumo de bebidas alcoólicas por parte da pessoa que sofreu a violência.

Atribuições individuais de culpa e responsabilidade à mulher pode ter mais influência quando manifesta a capacidade de resistir da pessoa que sofre o ato. Esta capacidade apresenta-se como mais evidente se a mulher não usasse álcool, por exemplo, refletindo assim o mito de que as mulheres precipitam ou facilitam o estupro por não resistirem efetivamente. Não resistir “adequadamente” sugere que as mulheres podem ser vistas como culpadas pelo estupro (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016).

A seguir, alguns trechos das reportagens que descreveram o consumo feito pela pessoa que sofreu a violência, colocando em jogo a capacidade de resistir ou não na mulher em situação de violência sexual. Atentamos, ainda, que os discursos escolhidos que explicitaram esse consumo foram proferidos por profissionais envolvidos no acolhimento e encaminhamento dessas mulheres.



Ela estava em uma festa quando recebeu um copo de bebida alcoólica e, após ingeri-la, tem pouca lembrança do que aconteceu. Depois disso, ela foi levada para um veículo onde o crime foi cometido, refere advogada. (21 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas)

O delegado explica que foi solicitada perícia médica no corpo dela para apurar se houve abuso sexual e o exame toxicológico para verificar se a mulher fez uso de drogas ou álcool, diz delegado responsável pelo caso. (31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas)

O caso do estupro e da sua contextualização se fazem necessárias para os leitores compreenderem do que se trata, mas será que a expressão do consumo ou apenas a dúvida se houve consumo ou não, viabilizará uma reportagem que não tem o intuito de culpabilizar a pessoa que sofreu a violência? Parece-nos que essa forma de estrutura, noticiando casos de estupro, possibilita responsabilizar a mulher pela violência sofrida, além de gerar dúvidas acerca do estupro.

Nesses recortes de reportagem, podemos perceber o uso da dissimulação como uma das estratégias ideológicas. Este tipo de estratégia é utilizado, muitas vezes, desviando a nossa atenção e passando por cima de relações e processos existentes (THOMPSON, 2011). Desvia nossa atenção da violência sexual ocorrida, redirecionando para o uso do álcool ou alguma outra droga, abrindo espaço para culpabilizar a mulher. A estratégia ideológica de narrativização também se apresenta nessas reportagens que recorrem a tradições a partir de narrativas de eventos anteriores que legitimam o evento atual (THOMPSON, 2011). Ao visibilizarem a narração apenas das ações anteriores da pessoa que sofreu violência, acabam configurando o estupro e o legitimando como uma consequência a partir do comportamento “inadequado” desta.

O uso do álcool é assumido como algo que a mulher que sofreu violência poderia ter evitado, para assim ter maior capacidade de resistir. Essa incapacidade de resistir ao agressor destina à mulher a culpa e a responsabilidade pela violência sofrida. Já o uso do álcool ou outras drogas pelos perpetradores da violência sexual, pode ser utilizada como causa para tal consequência, desresponsabilizando o agressor (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016). A seguir, outro trecho de reportagem, explicitando essa possível desresponsabilização do agressor:

A lagoa está complicada, é muito frequentada por usuários de drogas. Não atacam ninguém porque ninguém mais vai lá, a presença deles intimida - Depoimento de um guarda-vidas. (31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas)

Ao afirmar que “Não atacam ninguém, porque ninguém mais vai lá”, a reportagem apresenta a mulher que sofreu o estupro como alguém que assumiu o risco de ir até aquele local, com isso pagou o preço cobrado e pelo visto já sabido pelas pessoas da região. A descrição demonstra que a mulher estava no lugar errado, destinando a ela a responsabilidade do estupro.

A desresponsabilização do agressor caminha junto com a destinação da responsabilidade para a pessoa que sofreu violência. A reportagem e o trecho explicitado não deixam claro se a violência sexual foi perpetrada por um usuário de droga. Mas podemos problematizar o fato de que o consumo de álcool e drogas feito pela mulher pode apresentar-se como uma informação relevante acerca da veracidade do estupro. Já o mesmo consumo, só que agora feito pelo agressor, se assim ele tiver feito, toma outro lugar, o lugar do ‘já sabido’, que avisa acerca da possibilidade de um ataque e que deveria, com isso, preparar as mulheres para estarem mais atentas, desresponsabilizando o agressor da violência exercida.

## **5- Os contextos e o caminho para a representação da “vítima ideal”**

Apresentaremos os discursos e casos que podem nos ajudar a compreender as implicações da noção de “vítima ideal” em casos noticiados de estupro, a partir dos contextos explicitados anteriormente, a esfera pública, à noite, em festas e consumindo bebidas, refletindo acerca das relações estabelecidas. As noções de mitos envolvendo o estupro e, ainda, os roteiros esperados de um estupro caracterizam-se por expectativas irrealistas, onde apresentam o que há de específico, estereotipando o estupro. Os roteiros demonstram uma imagem, por exemplo, de “vítima ideal” (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016) que contribui no crescimento de expectativas em relação a pessoa que sofreu violência.

Jodelet (1989) compreende que as representações sociais seriam “como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 1989,

p. 5). Elas consistem em um conjunto de conceitos, proposições e explicações da vida cotidiana através da comunicação interpessoal (MOSCOVICI, 2015). Além disso, são entendidas como fenômenos que se relacionam com nosso modo de compreender e de se comunicar, criando a realidade, assim como o senso comum (GUARESCHI, 2012). Deste modo, entendemos que a construção dessa compreensão de “vítima ideal” é permeada por representações sociais que guiam a forma como as mulheres em situações de violência sexual serão reconhecidas.

Pensando em sistemas de valores que podem guiar a construção de uma “vítima ideal”, Griffin (1971) aborda um ditado que diz: “o que uma vez foi contaminado não pode mais ser violado” (p. 30, tradução nossa). Tal entendimento refere-se à espera de um comportamento civilizado por parte das mulheres, que se constitui a partir da castidade antes do casamento e fidelidade dentro dele. A partir disso, historicamente, constituímos crenças e suposições de que uma mulher que não respeita os padrões estabelecidos merece tudo o que recebe ou, pelo menos, pede (GRIFFIN, 1971).

Padrões estabelecidos e a espera de comportamentos civilizados por parte das mulheres, como possibilidade de não serem violadas, contribui para pensarmos nos contextos estabelecidos anteriormente. A ocorrência do estupro na esfera pública e à noite, atribuindo a ida em festas pela pessoa que sofreu violência, o consumo ou não de bebidas alcólicas, destinam uma maior culpabilização e responsabilização das mulheres nos casos de estupro noticiados. Estabelece e constrói, com isso, os roteiros esperados e as expectativas envolvidas quando estamos falando de estupro de mulheres.

A noção de “vítima ideal”, muitas vezes, representada como uma mulher branca, não intoxicada e ‘respeitável’ (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016), nos fez refletir acerca dos relatos e trechos de discursos proferidos pelos profissionais envolvidos no atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência sexual. Nos indagamos, principalmente, acerca dos impactos da expectativa da “vítima ideal”, perante a prática de cuidado desempenhada pelos profissionais. A seguir, um trecho da fala de um dos profissionais envolvidos no atendimento:

Comecei a conversar com ela, mas ela falava coisas cronologicamente desconexas, relatou o bombeiro que prestou ajuda para a mulher encontrada em um matagal. (31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas)

O significado da palavra ‘conexão’ pode ser descrito da seguinte forma: “relação de dependência; em que há lógica, nexos; coerência” (FERREIRA, 1988). Percebemos que ao caracterizar a fala da mulher em situação de violência sexual, como uma fala desconexa, há implicitamente um pedido de coerência e isso se dará em outros trechos de reportagens. A “vítima ideal” está inserida nos scripts interpessoais que representam o mecanismo pelo qual as identidades apropriadas são feitas congruentes com as expectativas desejadas (SIMON; GAGNON, 1986). Essa relação dos scripts com as expectativas desejadas conflui com os discursos de pedido de coerência, como o próximo trecho de uma das reportagens:

Existe muita coerência nos históricos trazidos pelas 14 mulheres ouvidas, que até então não se conheciam, e sobre os detalhes de como o médico abusava delas, refere delegado responsável pelas investigações. (Estupros, esfera privada e durante o dia)

Novamente, a coerência aparece como importante na hora de definir se há ou não veracidade no relato das mulheres. A legitimação, enquanto estratégia ideológica, foi utilizada apresentando-se a partir dessa espera por um relato coerente, onde busca a racionalização e a produção de uma cadeia de raciocínio condizentes (THOMPSON, 2011). Com isso, se a cadeia de raciocínio não se apresentar de forma clara e coerente, os discursos parecem perder a credibilidade e sua legitimação. Esse caso também apresenta especificações distintas, refere-se a casos de estupro ocorridos em um consultório médico, definido como esfera privada e ocorridos durante o dia. Além dos históricos trazidos pelas 14 mulheres, seria o contexto noticiado mais passível de ter coerência? Seriam essas a expressão das “vítimas ideais”?

A coerência nesse caso apresenta-se no contexto grupal, onde diversas mulheres relataram as violências sexuais sofridas. Com isso, como poderemos falar e encontrar coerência no discurso singular? Como esperar coerência no discurso de

alguém que teve seu corpo violado e que passou por momentos de tensão e medo? Os exames e provas por meio do corpo da mulher que sofreu a violência sexual demonstram ser a principal forma de validar a sua denúncia. Para Scarpati (2013), o enfraquecimento da denúncia verbal destina ao corpo a resposta para o estupro e fomenta o mito de que as mulheres que de fato sofreram estupro terão marcas visíveis em seus corpos. Nosso intuito não é desqualificar a prática de exames e a configuração de provas, mas problematizar a fragilidade destinada aos relatos de mulheres que sofreram o estupro e de mitos que corroboram com a culpabilização das mesmas referidas nas reportagens.

A detalhada descrição de estados variados de alteração, seja emocional, seja por uso de substâncias corrobora com o estereótipo da “vítima ideal”, já que fortalece a ideia de que mulheres que não correspondem a esse estereótipo podem ter responsabilidade na violência sofrida. A partir dos roteiros de estupro, a expectativa por uma “vítima ideal” é percebida nessa espera de um relato condizente, coerente, que possa ser repetido e elaborado de forma clara e quando não referido dessa forma, fica passível de dúvida. O próximo discurso é referente a um outro caso de estupro que contribui na explicitação dessa cobrança por um relato coerente:

Ela estava muito abalada psicologicamente, disse que havia sido abusada sexualmente por três homens, mas em seguida falou que eles já estavam presos. Não sei se ela estava em choque ou sob efeito de entorpecentes, porque estava com as pupilas bastante dilatadas - Relato do guarda-vidas que socorreu. (31 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

O problema está na descrição do caso, mas também na forma como a mulher em situação de violência sexual foi percebida pelo profissional que a socorreu, bem como na cadeia de raciocínio, estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011) explicitada pela reportagem. Por estar abalada psicologicamente e por não apresentar coerência na sua fala, a mulher em situação de violência sexual é caracterizada a partir do choque ou sob efeito de entorpecentes. A última frase apresenta-se como justificativa para afirmação do efeito de entorpecentes, “porque estava com as pupilas dilatadas”, redirecionando o discurso da violência, muito

mais para o uso de drogas do que para a violência sofrida, colocando em xeque a confiabilidade da pessoa que sofreu violência.

Atentar a isso é reconhecer que as expectativas envolvendo a pessoa que sofreu violência, caracterizada como ideal, limita como as mulheres em situação de violência sexual serão reconhecidas ou não a partir desse parâmetro do que se espera. Conseqüentemente, se essa mulher não corresponde a esse perfil de “vítima ideal” fica passível de julgamentos e intervenções que podem desrespeitar, assim como definir se será reconhecida como vítima ou não, se será responsabilizada ou não pela própria violência sofrida.

Os julgamentos em relação à pessoa que sofreu a violência não se dão somente com as pessoas que prestam os cuidados iniciais. Eles acontecem durante todo o percurso posterior à violência, desde o momento em que acessam o sistema de saúde ao sistema de justiça. No registro do Boletim de Ocorrência, as expressões utilizadas pelos profissionais responsáveis explicitam ainda mais o descompromisso com o cuidado, referindo:

O policial escreveu expressões como ‘boquete triplo’, ‘fizeram anal e vaginal’, ‘não usaram camisinha, no pelo’, e ainda que ‘a declarante só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda’. (34 anos, estupro, esfera pública, noite, festa)

“A declarante só gritou quando” apresenta um entendimento de que anterior ao grito a mulher em situação de violência sexual estaria consentindo com o ocorrido. Retornamos novamente aos mitos envolvendo o estupro, em que a pessoa que sofreu violência é moralmente responsável pelo crime cometido contra ela. Ou, ainda, que se a mulher não demonstra resistência é porque está, implicitamente, pedindo a violação de seu corpo (DAVIS, 2017). A validade do consentimento, ao longo da história, teve diversas implicações, sendo que o universo da falta, do pecado, esteve na base do julgamento, efetivando “a tendência a reduzir a mulher que ‘realizou’ o ato ao estado de mulher que consente” (VIGARELLO, 1998, p. 43). Com isso, afirmar em um Boletim de Ocorrência “A declarante só gritou quando”, acaba por responsabilizar a pessoa que sofreu violência pelo estupro sofrido.

Reconhecemos, a partir dos discursos dos profissionais, a possibilidade de refletirmos acerca da crença na representação de uma “vítima ideal” e como isso interfere no acolhimento de alguns casos noticiados. Nosso intuito não foi generalizar a prática profissional, mas refletir sobre os desdobramentos possíveis que as representações sociais sobre as mulheres e sobre a violência sexual podem apresentar quando olhamos para a prática. Além disso, devemos pensar quais contribuições a mídia online oferece ao relatar informações tão detalhadas nas reportagens publicadas.

## **6-Considerações finais**

Tivemos como objetivo compreender como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas que pudessem estar reforçando a cultura do estupro. Reconhecemos que não temos como afirmar que o jornal, como um todo, reforça a cultura do estupro, porém, conseguimos estabelecer alguns sentidos que a mídia online atribui à violência sexual contra as mulheres. Concluimos que a forma ideológica como são apresentadas as reportagens analisadas fortalecem a cultura do estupro, pois apresentam expressões discursivas que enfatizam a pessoa que sofreu estupro em detrimento do perpetrador da violência.

Quando estabelecemos descrições detalhadas em relação à vida da mulher em situação de violência sexual, estamos possibilitando um terreno fértil para maiores suposições e reforços de crenças acerca dos roteiros de estupro. Refletir sobre a esfera pública, os roteiros de estupro, os locais e o consumo de bebidas alcólicas exercido pela pessoa que sofreu a violência demonstraram o fornecimento de representações sociais que contribuem para a criação e expectativas envolvendo a “vítima ideal”. Expectativas essas que são constituintes de outras tantas crenças que podem inviabilizar, muitas vezes, práticas de cuidado efetivas destinadas às mulheres em situação de violência sexual. Sob essa perspectiva de análise, sugere-se a substituição da palavra “vítima” por “pessoa que sofreu violência” ou por “sobrevivente”, quando a violência não resultar em

morte, de modo tal que se possa destituir estereótipos negativos e intervir no engendramento de novas representações sociais.

Outro ponto importante está no fato de estarmos falando de estruturas de reportagens escritas por jornalistas e publicados em um veículo, produzido para noticiar, com diferentes objetivos e interesses. Acreditamos que seja importante salientar a possibilidade de cursos e capacitações envolvendo os profissionais da área da comunicação e estudantes, para discutir e repensar as formas de estruturação das notícias de estupro. O intuito seria de contribuir para o fortalecimento da consciência crítica de profissionais acerca da cultura do estupro e suas possíveis manifestações. Atentando para o fato de que quanto maiores os detalhes acerca da mulher em situação de violência, especialmente com referência a festas ou ao consumo de bebida alcoólica, maior se torna a culpabilização direcionada às mesmas e se reificam representações sociais negativas em relação às mulheres.

Essa sugestão caminha juntamente com nossa compreensão de que as formas simbólicas disponíveis na mídia online contribuem na construção de representações sociais que são constituidoras da forma como enxergamos o mundo e de que maneira nos reconhecemos nele. Reformular as notícias sobre estupro poderá contribuir com a diminuição da responsabilidade destinada à pessoa que sofreu estupro.

## Referências

BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 31-46.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 109-122.

BUENO, S. et al. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf).

BURT, M. R. Cultura myths and Supports for Rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 38, n. 2, p. 217-230, 1980.



CARDELLA, G. M. et al. The social representation of sexual violence between “background and surface attitudes” a research with university students. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2016.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. *Referências Técnicas para atuação de psicólogas em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília, 2013. 82 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas.pdf>

COBOS, A. “Rape Culture” language and the news media: contested versus non-contested cases. *ESSACHESS: Journal for Communication Studies*, v. 7, n. 2, p. 37-52, 2014.

DAVIS, A. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1988.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIFFIN, S. *Rape: The all-American crime*. Ramparts Magazine, p. 26-35, 1971.

GUARESCHI, P. A. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. 5 ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2012.

GUARESCHI, P.; VERONESE, M. V. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HOCKETT, J. M.; SAUCIER, D. A.; BADKE, C. Rape Myths, Rape Scripts, and Common Rape Experiences of College Women: Differences in Perceptions of Women Who Have Been Raped. *Violence against women*, v. 22, n. 3, p. 307-323, 2016.

JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. Paris: PUF, 1989.

KELLY, L; RADFORD, J. The problems of men: Feminist perspectives on sexual violence. In: SCRATON, P. *Law, Order and the Authoritarian State: Readings in Critical Criminology*. Milton Keynes: Open University Press, 1987, p. 237-253.

MARTIN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 9-28.

MORESCO, M. C. Primavera secundarista: uma convivência feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 1, e75122, 2022.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. Por que falamos de cultura do estupro? 2016. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/onu-por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, A. F.; NOBRE, B. P. R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões*, v. 3, n. 1, p. 227-239, 2015.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”*. Recife: S.O.S Corpos, 1993.

SCARPATI, A. S. Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

SILVA, J. P. A.; CARMO, V. M.; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.

SIMON, W.; GAGNON, J. H. Sexual Scripts: Permanence and Change. *Rev. Archives of sexual behavior*, v. 15, n. 2, 1986.

SMITH, M. D. *Encyclopedia of Rape*. London, Greenwood Press, 2004.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Campos das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. *Rev. Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

VIGARELLO, G. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ZALESKI, K. L. et al. Exploring rape culture in social media forums. *Rev. Computers in Human Behavior*, n. 63, p. 922-927, 2016.

WHO - World Health Organization. *Violence prevention: the evidence*. Geneva: WHO, 2010. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77936/9789241500845\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77936/9789241500845_eng.pdf).

Recebido em janeiro de 2022.

Aprovado em julho de 2022.